

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário:

VEÍCULO: Valor Econômico	3
Título: Governadores batem boca com Bolsonaro por combustíveis.....	3
Título: Ritmo de redução na bomba é normal, dizem analistas	6
Título: Petrobras baixa os preços nas refinarias	7
Título: Presidente faz jogada política e complica Guedes	9
Título: Projeto para explorar áreas indígenas é anunciado.....	10
Título: Operações coincidem com crise de confiança	13
VEÍCULO: Folha de S.Paulo	14
Título: Projeto de Bolsonaro libera garimpo em terras indígenas.....	14
Título: Governadores reagem a bravatas de Bolsonaro sobre combustíveis	17
Título: Peso de tributos federais na gasolina mais que dobra em cinco anos	20
Título: Gasolina seria 44% mais barata com tributos zerados.....	22
Título: Bolsonaro faz demagogia com gasolina.....	24
Título: Carro de fora pagaria 1 litro de gasolina para entrar em Porto Alegre.....	26
VEÍCULO: O Estado de S.Paulo.....	29
Título: Eletrobras diz que não deveria fiscalizar carvão	29
Título: ICMS sobre combustíveis se torna ‘desafio’	30

Título: Queda de preços nas refinarias demora a chegar ao consumidor	31
Título: BNDES vende ações da Petrobras por R\$ 22 bi.....	32
Título: Bolsonaro anuncia projeto de garimpo em terra indígena	34
VEÍCULO: O Globo	36
Título: Bolsonaro volta a desafiar estados sobre ICMS	36
Título: Anselmo Gois	39
Título: Limites da exploração.....	39
Título: Sem petróleo, Rio teria queda na arrecadação em 2019	41
Título: BNDES vende R\$ 22 bi em ações da Petrobras, na maior oferta em dez anos	43
VEÍCULO: Correio Braziliense	44
Título: Perda bilionária para cofres da União	44
Título: Governadores criticam desafio de fim do ICMS.....	46
Título: Projeto para mineração em terras indígenas.....	49
Título: Curtas.....	51
Título: BNDES arrecada R\$ 22 bilhões	52

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/02/2020****Seção: Brasil****Autor: Matheus Schuch, Lu Aiko Otta, Vandson Lima, Renan Truffi e Marta Watanabe****Título: Governadores batem boca com Bolsonaro por combustíveis**

Presidente desafia Estados a zerarem ICMS e reação dos governadores é dura

Em mais um round na queda de braço com os Estados em torno do preço dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que reduzirá a zero os tributos federais sobre o produto se os governos estaduais fizerem o mesmo com o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As declarações de Bolsonaro provocaram reação imediata e enfática de alguns governadores, como João Doria (PSDB-SP), Eduardo Leite (PSDB-RS) e Renato Casagrande (PSB-ES). Potencial rival de Bolsonaro nas eleições de 2022, Doria classificou a afirmação de “populista” e acrescentou que a iniciativa de cortar tributos deveria partir do governo federal. Leite, por sua vez, afirmou que “isso não é lógico, não é sensato, não é razoável”.

Pela manhã, Bolsonaro afirmou que está disposto a zerar os impostos federais sobre os combustíveis se os governadores zerarem o ICMS. “Está feito o desafio aqui. Se toparem, eu aceito.”

Bolsonaro acrescentou que tem um “problema” com combustíveis, mas “pelo menos a população já começou a ver de quem é a responsabilidade”. Negou estar brigando com os governadores e reafirmou que quer o ICMS cobrado nas refinarias, não nas bombas. “Eu baixei três vezes o combustível nos últimos dias e na bomba não baixou nada.”

Doria rebateu duramente as declarações de Bolsonaro. “O presidente tem, nesse caso, um comportamento que não é adequado ao presidente da República”, reagiu. “Ele não pode jogar no colo dos governadores a responsabilidade pelo preço dos combustíveis.” O governador paulista disse ainda que o governo federal concentra 67% da tributação no país. “Se o presidente está tão entusiasmado, tão motivado, ele que faça o primeiro gesto. Elimine os impostos sobre combustível e, aí sim, os governadores vão avaliar o tema do ICMS.”

Doria afirmou ainda que muitos Estados, sem condições de pagar salários, fornecedores e despesas com saúde e educação, não têm como cortar o ICMS dos combustíveis. “É visível que vários governos estaduais não têm espaço para isso.” O fato, porém, não invalida a conveniência de Bolsonaro convidar os governadores para um diálogo “sério” sobre tributação de combustíveis, acrescentou.

À tarde, ao fazer um discurso sobre os 400 dias de governo, Bolsonaro adotou um tom mais conciliador ao tratar do tema, dizendo que considera necessário discutir o preço da gasolina. Dirigindo-se ao governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), o presidente salientou que é um problema em que governo federal, Estados e municípios têm culpa.

O governador gaúcho, Eduardo Leite, também havia manifestado seu descontentamento com as declarações de Bolsonaro. Disse que o debate sobre o tema, feito pela imprensa e em redes sociais, não é o formato adequado para quem quer resolver o assunto. Leite lembrou que o governo federal impôs despesas maiores aos Estados, ao elevar o piso dos professores em 12,8%, o que trará gasto adicional de R\$ 350 milhões ao governo gaúcho neste ano. “E o governo federal quer que reduzamos abruptamente o ICMS sobre combustíveis.”

Segundo ele, o governo gaúcho trabalha para fazer redução de carga tributária de forma planejada, estruturada, sem comprometer a prestação de serviços à população. “Clamamos por debate responsável nos fóruns adequados sobre esse tema.”

Já o governador capixaba, Renato Casagrande, afirmou que protagonismo na discussão sobre o preço dos combustíveis cabe à União, depois de se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes. “A Petrobras é que define os preços, e a Petrobras é do governo [federal]. Além disso, a União recolhe mais de 60% do bolo tributário nacional. Segundo ele, a maior parte dos Estados não teria como abrir mão de receitas. “É por isso que não podemos fazer uma discussão superficial e pela rede social.”

Questionado, Guedes não quis comentar a possibilidade de abrir mão das receitas federais sobre combustíveis. Abordado pela imprensa, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, tampouco falou a respeito.

Apesar da aparente impossibilidade de reduzir tributos sobre combustíveis, o jogo de empurra da responsabilidade sobre os preços se arrasta desde a

semana passada, quando Bolsonaro escreveu no Twitter sobre a ideia de mudar a tributação de combustíveis.

A primeira reação partiu do Comitê de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), que aprovou na semana passada uma manifestação contrária à mudança. Na segunda-feira, Bolsonaro voltou à carga no Twitter. Foi a vez dos governadores reagirem. Dos 27 governadores, 23 assinaram uma carta reagindo duramente. Nela, sugeriram que o governo federal reduza seus tributos primeiro e que reveja a política de preços da Petrobras. Disseram também que a União não pode regular tributos sobre consumo que, conforme a Constituição, são da atribuição dos Estados. Doria foi o primeiro a assinar a carta.

Ontem, diante do comentário que essa escalada estava parecendo uma briga de meninos, Doria afirmou: “não há briga de menino. Há uma responsabilidade. O presidente da República tem de ser responsável. Não pode transformar gestão em WhatsApp”.

Secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro afirmou que Bolsonaro propõe que os Estados façam uma concessão muito maior que a do governo federal em relação à tributação sobre combustíveis. “O que o presidente disse é algo assim: ‘Eu dou minha bicicleta e você dá sua Ferrari’”, comparou o secretário.

Segundo dados preliminares do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o imposto sobre petróleo, combustíveis e lubrificantes arrecadou no ano passado R\$ 87,3 bilhões, o que significou 17,6% do total do ICMS recolhido. Dados da Receita Federal mostram que a arrecadação de tributos federais sobre combustíveis atingiu R\$ 27,4 bilhões no ano passado.

A arrecadação sobre combustíveis é maior no total dos Estados do que na União, tanto em termos absolutos como relativos, ressaltou Santoro. Em Alagoas, os combustíveis respondem por cerca de 30% da arrecadação. Para Santoro, a redução na bomba não acontece de forma imediata, porque a definição de preços depende de vários fatores. “No modelo que existe hoje, os combustíveis, antes de chegar aos postos, passam pelos distribuidores. Além disso, há questões logísticas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/02/2020****Seção: Brasil****Autor: Arícia Martins****Título: Ritmo de redução na bomba é normal, dizem analistas**

Retração do combustível e das carnes vão manter inflação sob controle nos próximos meses

A redução dos combustíveis nas refinarias está chegando às bombas em ritmo e intensidade dentro do esperado, afirmam economistas. Segundo eles, as coletas no varejo já captam preços ligeiramente menores nos primeiros dias do mês, mas esse movimento deve aparecer com mais força nos índices do fim de fevereiro, e também de março. Por isso, e também pela devolução do choque de carnes, os próximos dois meses devem ser de alta comportada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ontem, a Petrobras anunciou novas quedas, de 4,3% e 4,4%, nos preços da gasolina e do diesel, respectivamente. É a quarta vez neste ano que a estatal diminui os preços nas refinarias. Nos postos, o litro da gasolina custou em média R\$ 4,58 na semana de 26 de janeiro a 1º de fevereiro, recuo de 0,3% sobre a semana anterior, segundo a ANP.

Em razão da decisão da Petrobras, a LCA Consultores cortou de 0,11% para 0,05% a estimativa para a variação do IPCA de fevereiro, número que conta com redução de 2,2% da gasolina na média do mês, após alta estimada de 0,90% em janeiro. Com a nova ponderação do indicador, o combustível agora tem maior peso no IPCA, de pouco mais de 5%, destaca o economista Fabio Romão.

Em média, cerca de 45% dos ajustes de preços feitos pela Petrobras chegam às bombas, aponta Romão. O repasse não é integral porque, além do varejo incorporar custos com transportes e impostos, os comerciantes não replicam o percentual de reajuste, mas sim o valor das mudanças em reais, explicou.

Segundo o economista da LCA, o feriado de Carnaval, que aumenta a demanda por gasolina, pode tornar a defasagem dos repasses entre refinarias e bombas um pouco maior. Mesmo assim, a queda autorizada pela Petrobras será suficiente para moderar a inflação em fevereiro e também em março.

Contando com deflação da gasolina e dos alimentos, Romão estima que o IPCA-15 do próximo mês vai registrar deflação de 0,02%. Para o IPCA fechado do período, a expectativa é de alta de apenas 0,01%.

As coletas de preços apontam leve deflação da gasolina na primeira semana de fevereiro em relação a igual período de janeiro, observa André Muller, economista-chefe da AZ Quest. “Os reajustes de janeiro vão bater com mais força no varejo no fim de fevereiro e chegar um pouco em março.”

Muller observa, ainda, que os preços internos da gasolina ainda estão 5% acima da cotação internacional, “vantagem” que chega a 10% no diesel. Assim, é provável que a Petrobras reduza novamente os preços nas próximas semanas, avalia o economista. Por isso, a estimativa de alta de 0,15% para o IPCA neste mês tem viés de baixa.

O cenário da gestora de recursos para a variação da gasolina no IPCA em 2020 já era tranquilo antes mesmo das reduções feitas pela estatal. Na média do ano, a AZ Quest trabalha com aumento de apenas 0,3% do combustível, vindo de 4% em 2019, estimativa que considera a taxa de câmbio em R\$ 4,10 e o barril de petróleo Brent em US\$ 63.

“Se extrapolarmos tudo que está acontecendo no atacado até o fim do ano, o resultado seria uma deflação, mas esses preços são muito voláteis”, pondera Muller. A LCA está revisando a expectativa para a variação da gasolina em 2020, mas Romão afirma que o cenário não é que as quedas atuais se mantenham. “Até o fim do ano pode haver alguma volta dos preços do petróleo, ainda que parcial.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/02/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Petrobras baixa os preços nas refinarias, mas consumidor mal percebe

Até o momento, redução na ponta do consumo é quase imperceptível

A Petrobras anunciou, ontem, uma nova redução nos preços dos combustíveis, nas refinarias. A queda de 4,3% da gasolina e de 4,4% do diesel é o quarto reajuste negativo da companhia em quatro semanas, período em que a cotação do barril do petróleo do tipo Brent caiu,

impactada pelo temor de que o surto de coronavírus desacelere o consumo chinês. O cenário de baixa nas refinarias, porém, não tem chegado com a mesma intensidade ao consumidor.

Desde o primeiro reajuste da Petrobras no ano, no dia 13 de janeiro, os preços da gasolina se mantiveram estáveis na bomba, a cerca de R\$ 4,67 o litro, em média, de acordo com a empresa de pesquisa de mercado Triad Research. No caso do diesel, a queda dos preços ao consumidor, no mesmo período, é quase imperceptível: de apenas R\$ 0,01 (-0,2%), para uma média de R\$ 3,91. Já a pesquisa semanal da Agência Nacional do Petróleo (ANP) revela que os preços finais do diesel S10 e da gasolina comum recuaram pela primeira vez no ano na semana entre 26 de janeiro e 1º de fevereiro: queda de R\$ 0,02 o litro (-0,5%) no caso do diesel e R\$ 0,01 (-0,3%) para a gasolina, ante a semana anterior.

Pouco, se comparado ao movimento que a Petrobras fez. Desde o início do ano, a petroleira fez quatro reduções. O diesel acumula uma queda de 13,7% nas refinarias e a gasolina uma retração de 11,3%, acompanhando a baixa de 12,6% do barril do tipo Brent no mercado internacional desde o dia 13 de janeiro

Olhando em uma perspectiva de longo prazo, o comportamento dos preços nos postos indica uma tendência de não repasse integral das oscilações do petróleo para o mercado doméstico. No acumulado desde dezembro de 2018, na transição do governo de Michel Temer para Jair Bolsonaro, até janeiro deste ano, o preço do diesel, na revenda, em dólar, subiu 1,4%. Já a gasolina caiu 1,8% no mesmo período, frente a uma alta de 8,5% na cotação do Brent (*ver gráfico abaixo*).

Postos e distribuidoras atribuem a demora do repasse das quedas dos preços da Petrobras a aspectos como a gestão de estoques, a alta do etanol (misturado à gasolina) e a tributação. O presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda, representante dos revendedores, afirma que, historicamente, a queda dos preços nas refinarias demora entre 10 a 15 dias para chegar na bomba. Ele atribui a demora no repasse, sobretudo, à administração dos estoques.

“As distribuidoras são obrigadas a manter grandes volumes de estoques. Muitas vezes essas empresas pagam um valor para compor essas reservas e logo em seguida há uma queda nos preços da Petrobras. Aí elas têm de fazer uma gestão desse estoque, não repassando de imediato os novos

valores para o posto. Elas trabalham então com uma média ponderada. Quanto maior o estoque, mais demorado tende a ser o repasse”, comenta.

O secretário-executivo do Sindicom, Leonardo Zilio, representante das distribuidoras, destacou por sua vez que o mercado abriga mais de 150 distribuidoras e 40 mil postos e que não há como esperar uma resposta homogênea de toda a cadeia.

“Os preços são livres. Houve também nas últimas semanas uma alta do etanol, que está na entressafra. Além disso, os governos estaduais levam entre uma ou duas semanas para revisarem o PMPF [Preço médio ponderado ao consumidor final, definido pelos Estados como base de cálculo para cobrança do ICMS]. Tudo isso cria um ambiente para que a resposta não seja uníssona”, defendeu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner

Título: Presidente faz jogada política e complica Guedes

Proposta tem baixa probabilidade de seguir adiante

A promessa do presidente Jair Bolsonaro de zerar a tributação de combustíveis caso os governadores façam o mesmo com o ICMS é uma jogada política para tirar do governo federal a responsabilidade pelos elevados preços do produto. Também dificulta a vida dos governadores, entre eles alguns que podem vir a concorrer com ele ao Palácio do Planalto em 2022, como João Doria (PSDB-SP) e Flávio Dino (PCdoB-MA).

Mais grave, contudo, é que, ao fazer esse movimento, Bolsonaro novamente complica a vida do seu ministro da Economia, Paulo Guedes, que ganhou o apelido de “posto Ipiranga” do próprio presidente durante a campanha de 2018. A equipe econômica considera que está longe de concluir o processo de ajuste fiscal. O Brasil ainda tem déficit primário (despesas, sem considerar juros, maiores que receitas) de 1% do PIB.

Em 2019, o governo arrecadou R\$ 24,6 bilhões de PIS/Cofins sobre combustíveis. E mais R\$ 2,7 bilhões com a Cide. É uma montanha de dinheiro. Se a proposta fosse para ser levada a sério, o governo no mínimo

teria que compensar esse montante em outro tributo para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Alguém teria que custear essa desoneração.

Nesse sentido, vale mencionar que, no ano passado, o governo federal já abriu mão de R\$ 7,8 bilhões de PIS/Cofins para desonerar o diesel, devido à permanente ameaça de greve dos caminhoneiros. Foi o dobro do ocorrido em 2018, quando Michel Temer determinou essa medida.

Outro problema de natureza econômica é que seria simplesmente uma grande irresponsabilidade fiscal os governadores zerarem o ICMS. Ainda mais no quadro em que se encontra a maioria dos Estados, muitos de pires na mão junto ao Tesouro. Seguir o desafio de Bolsonaro sujeitaria muitos a contestações sérias sobre violações à LRF. Um caso curioso seria o do Rio de Janeiro, que por estar no Regime de Recuperação Fiscal não pode fazer desonerações sob pena de ser expulso do programa.

Cabe mencionar outros dois grandes problemas da fala de Bolsonaro. Uma desoneração dos combustíveis na magnitude proposta estimularia o uso de produto fóssil, em um momento no qual o país está na berlinda ambiental e perdendo investimento estrangeiro por isso. Ao verbalizar que ele baixou “três vezes o combustível nos últimos dias”, o presidente joga luz sobre a interferência do governo na Petrobras.

Por tudo isso, apesar de Guedes ter evitado comentar o assunto ao chegar à sede do ministério, a medida entra no rol daquelas com baixa probabilidade de ir em diante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 06/02/2020

Seção: Política

Autor: Fabio Murakawa, Matheus Schuch e Fabio Graner

Título: Projeto para explorar áreas indígenas é anunciado

Proposta de Bolsonaro abre terras para mineração, exploração de petróleo e geração de energia

O presidente Jair Bolsonaro decidiu enviar ontem ao Congresso Nacional um projeto de lei (PL) que regulamenta a mineração, a exploração de petróleo, a geração e a transmissão de energia em terras indígenas. O texto, que não teve sua íntegra divulgada, faz a regulamentação do artigo 231 da

Constituição, trabalho pendente desde 1988 devido em grande parte à sensibilidade do tema.

O anúncio foi o grande destaque da cerimônia de 400 dias do governo Bolsonaro, no Palácio do Planalto. Pelo texto, os índios terão poder de veto apenas sobre atividades minerárias executadas por não indígenas em suas terras. Nos demais casos, as comunidades serão consultadas, porém não darão a palavra final a respeito dos projetos nesses territórios.

“Nunca é tarde para ser feliz. Espero que este sonho, pelas mãos do Bento [Albuquerque, ministro de Minas e Energia] e pelos votos dos parlamentares se concretize”, discursou Bolsonaro. “Porque o índio é um ser humano exatamente igual a nós. Tem coração, tem sentimento, tem alma, tem desejo, tem necessidades e é tão brasileiro quanto nós.”

O presidente, então, atacou os ambientalistas, ao dizer que a bola agora está com o Congresso.

“Depende do Parlamento. Vão sofrer pressão dos ambientalistas”, disse. “Ah, esse pessoal do Meio Ambiente, né? Se um dia eu puder, eu confino-os na Amazônia, já que eles gostam tanto de Meio Ambiente, e deixe de atrapalhar os amazônidas aqui de dentro das áreas urbanas.”

Já o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, atacou a imprensa e comparou a iniciativa à Lei Áurea, que libertou os escravos em 1888.

“Atenção extrema imprensa: para quem pensa que os índios brasileiros serão explorados com o aval do governo, é bom que se diga que estamos falando de um problema real e histórico. As terras indígenas são, sim, exploradas de forma ilegal, muitas vezes criminosa”, afirmou. “Nós teremos a partir de agora a autonomia dos povos indígenas e a sua liberdade de escolha. Será possível minerar, gerar energia, transmitir energia, exploração de petróleo e gás e cultivo nas terras indígenas. Ou seja, será a Lei Áurea.”

Segundo a Casa Civil, o projeto trata, entre outras coisas, “dos critérios mínimos para a realização da oitiva das comunidades indígenas afetadas”; da autorização do Congresso para empreendimentos minerários, de petróleo e gás natural, e de geração de energia hidrelétrica; e do pagamento de participação no resultado da lavra e da geração de energia e de indenização “pela restrição do usufruto dos indígenas sobre as suas

terras”. Também aborda a possibilidade de os índios executarem atividades como agricultura, pecuária e turismo em suas terras.

Para Roberto Klein, chefe de assuntos estratégicos do MME, embora não tenham poder de veto sobre as demais atividades que não a mineração em suas terras, “vai ser muito difícil fazer o empreendimento sem obter o consenso das comunidades”.

“A Constituição não prevê poder de veto para os índios. Ou seja, ela prevê, sim, a consulta às comunidades”, explicou. “Esse poder de veto para a atividade de garimpo, já que é uma atividade um pouco, pelo menos atualmente, polêmica, o governo achou por bem colocar esse consentimento das comunidades afetadas para esta atividade quando proferida por não índios.”

A proposta do governo prevê que as comunidades sejam indenizadas pela restrição do usufruto nas terras indígenas. Segundo a Casa Civil, o propósito é “garantir aos indígenas o mesmo tratamento dispensado aos particulares, quando as servidões administrativas recaem sobre propriedades privadas”. O texto estipula que a participação nos resultados das atividades econômicas e a indenização sejam depositadas nas contas bancárias dos conselhos curadores formados apenas por índios.

De acordo com a Casa Civil, as próprias comunidades, por meio de associações que as representam “legitimamente”, definirão “a melhor forma de uso dos recursos que lhes pertencem”. “Em outras palavras, o PL optou por prestigiar a autonomia dos povos indígenas e sua liberdade de escolha”, diz o material distribuído pelo governo.

“Com esse projeto de lei, nós vamos conseguir trazer um pouco mais de segurança jurídica inclusive não só para os índios, mas para as pessoas que têm interesse naquelas áreas”, disse o secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Luiz Pontel. “São áreas conflituosas, então nos parece que isso é uma oportunidade de o parlamento discutir democraticamente e deliberar a melhor forma de regulamentar.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 06/02/2020****Seção: Política****Autor: Rafael Rosas e Francisco Góes****Título: Operações coincidem com crise de confiança**

Em 2012 surgiram suspeitas de que campos de petróleo não iriam render o esperado

As operações de câmbio da OGX consideradas suspeitas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) coincidem com um período, em 2012, em que começaram a surgir informações de que a empresa de petróleo comandada por Eike Batista poderia não entregar os volumes de óleo prometidos pelo empresário. Em junho de 2012, a empresa divulgou ao mercado que a vazão ideal dos dois primeiros poços do campo de Tubarão Azul seria de 5 mil barris de óleo equivalente por dia. O volume era muito menor que o inicialmente previsto - e constantemente alardeado - pela companhia.

Em 27 de junho daquele ano, dia seguinte ao anúncio da vazão dos poços, a ação da OGX girou mais de R\$ 1 bilhão na bolsa e fechou em queda de 25,32%. Foi um mês em que as ações da OGX enfrentaram fortes oscilações. Essa instabilidade marcou o início do processo de derrocada do grupo X com uma crise de confiança entre os investidores que se estendeu, em um efeito dominó, a outros negócios do conglomerado, e terminaria levando mais de uma empresa de Eike para a recuperação judicial.

Um dos efeitos da crise de confiança de meados de 2012 foi a troca de executivos na OGX. Em 28 de junho daquele ano, o geólogo Paulo Mendonça, que era chamado por Eike de “Mr. Oil”, deixou a presidência da empresa para dar lugar a Luiz Carneiro, que veio da OSX, a empresa de construção naval do grupo, também afetada pela derrocada da irmã petroleira.

A partir daí, a OGX tentou dar sinais aos investidores de que se recuperaria da tormenta. Em setembro daquele ano, o **Valor** mostrou que as empresas da holding EBX tinham caixa consolidado de US\$ 9 bilhões, dinheiro que permitiria ao grupo fazer frente aos planos de investimento das diferentes companhias da holding de Eike. Estimativas de bancos apontavam que somente três empresas da holding - OGX (petróleo), CCX (carvão) e MMX

(minério de ferro) - tinham planos que somavam US\$ 13 bilhões em investimentos até 2014.

O grupo, porém, não se recuperou e, em 30 de outubro de 2013, a OGX pediu recuperação judicial, o que acabou arrastando toda a holding. Eike passou a renegociar dívidas e seus principais ativos foram vendidos. O Porto do Açu, em São João da Barra (RJ), “joia da coroa” de Eike, terminou comprado pela americana EIG, uma gestora de fundos. O Porto Sudeste, no Rio, outro ativo logístico do empresário, foi parar nas mãos de um consórcio formado pela trading Trafigura e por Mubadala, empresa de investimentos de Abu Dhabi. Mubadala havia se tornado sócia de Eike em 2012, ano que as notícias sobre perfurações e desempenhos de poços da OGX começaram a minar não apenas o conglomerado criado por Eike, mas também a fortuna do empresário, que chegou a ser considerado o oitavo homem mais rico do mundo, com US\$ 34,5 bilhões em março daquele ano. Em fevereiro de 2012, as ações ordinárias da OGX valiam R\$ 17 na então BM&F Bovespa - hoje B3 - valor que despencou para R\$ 5,5 em junho. Dali em diante foi ladeira abaixo.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 06/02/2020

Seção:

Autor: Talita Fernandes e Gustavo Uribe

Título: Projeto de Bolsonaro libera garimpo em terras indígenas

O projeto para autorizar garimpo é promessa antiga de Bolsonaro e a medida era estudada desde 2019. A declaração foi feita, e o texto, apresentado, em cerimônia de comemoração de 400 dias de governo, no Planalto.

“Nunca é tarde para ser feliz, 30 anos depois. Espero que este sonho pelas mãos do Bento [Albuquerque, ministro de Minas e Energia] e pelo voto dos parlamentares se concretize porque o índio é um ser humano exatamente igual a nós”, afirmou Bolsonaro. “[O indígena] tem coração, tem sentimento, tem alma, tem necessidade e tem desejos e é tão brasileiro quanto nós. ”

Antes, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, celebrou e definiu a medida como nova “Lei Áurea”. “Hoje, presidente, com sua assinatura será a libertação, ou seja, nós teremos a partir de agora a autonomia dos povos indígenas e sua liberdade de escolha. Será possível minerar, gerar energia, transmitir energia, exploração de petróleo e gás e cultivo das terras indígenas. Ou seja, será a Lei Áurea.”

Onyx, fragilizado no governo após esvaziamento de sua pasta, adotou tom crítico aos jornalistas, a quem se referiu como “extrema imprensa” que não deseja o bem para o país. O chefe da Casa Civil se referiu aos profissionais de comunicação como militantes.

A medida enfrenta resistências. o governo já tinha recebido a informação de líderes partidários de que se trata de tema polêmico e que dificilmente o projeto terá apoio.

Mas Bolsonaro aposta que a bancada ruralista poderá ajudar a arregimentar votos.

Pesquisa Datafolha do fim de 2019 contratada pela organização não governamental ISA (Instituto Socioambiental) mostrou que 86% dos brasileiros discordam da permissão à entrada de empresas de exploração mineral nas terras indígenas.

Técnicos do governo dizem que o projeto ampliará as atividades econômicas nas terras indígenas e trará segurança jurídica. “As comunidades passam agora a explorar sua própria terra. E o Congresso pode discutir com a sociedade”, disse Verônica Sanches, subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil.

O projeto prevê, na exploração econômica por não indígenas, pagamento de royalties e indenização por perda de usufruto do empreendimento aos grupos que residem no território. “No que concerne ao garimpo, o não indígena em terra indígena, a atividade terá de ter consentimento dos índios. Com relação às outras, eles vão ter de ser ouvidos. Obviamente, vai se buscar o consenso das comunidades”, disse Roberto Klein, assessor especial do Ministério de Minas e Energia.

Segundo ele, dificilmente será feito projeto contra a vontade das comunidades. Ele ressaltou que, apesar de a Constituição não prever poder

de veto aos índios, o governo achou importante estabelecer isso para o garimpo.

O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Luiz Pontel de Souza, diz que o projeto de lei deve reduzir os conflitos por terras. “Nós tínhamos problemas históricos. Com este projeto de lei, podemos trazer mais segurança jurídica não só para os índios, mas para outras pessoas com interesses naquelas áreas. São áreas conflituosas.”

O presidente já tinha dito que deveria haver criação de bois em terras indígenas. “O preço da carne subiu. Nós temos de criar mais bois aqui, para diminuir o preço da carne, e eles podem criar boi”, afirmou ele, em dezembro.

“O índio vai poder fazer em sua terra o que o fazendeiro faz na dele. Se quer pegar a sua terra e arrendar para alguém plantar soja ou milho, faça isso, respeitando a legislação nossa”, disse Bolsonaro.

Nesta quarta-feira, o presidente também assinou decreto criando programa para expandir o fornecimento de energia elétrica na região amazônica. A iniciativa foi nomeada de “Mais Luz para a Amazônia”, com duração até dezembro de 2022.

De acordo com o ministro Bento Albuquerque, a expectativa é de investimento de R\$ 2,4 bilhões, o que irá beneficiar mais de 300 mil pessoas que residem em áreas consideradas isoladas.

Bolsonaro também assinou acordo de salvaguardas na Base de Alcântara, no Maranhão, e um novo “revogaço”, que revê mais de 300 decretos editados entre 1969 e 2018.

Segundo a Secretaria-Geral, perderão vigência os documentos considerados “implicitamente revogados ou com eficácia ou validade prejudicada, visando simplificar o arcabouço normativo brasileiro”.

Esta é a quinta vez que o governo promove medida como essa, resultado em mais de 2.300 decretos revogados.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data: 06/02/2020****Seção: Mercado****Autor: Ricardo Della Coletta, Daniel Carvalho, Paula Sperb, Katna Baran, João Pedro Pitombo e Diego Garcia****Título: Governadores reagem a bravatas de Bolsonaro sobre combustíveis**

Proposta de zerar tributos que incidem sobre gasolina é blefe populista, dizem chefes de estados

BRASÍLIA, CURITIBA, SALVADOR, RIO DE JANEIRO E PORTO ALEGRE- Governadores reagiram às bravatas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em relação ao preço dos combustíveis.

“Eu zero o [imposto] federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal [PIS/Cofins e Cide] hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito”, disse Bolsonaro, na saída do Palácio da Alvorada nesta quarta-feira (5).

A proposta não foi bem recebida nos estados, que vivem uma situação de crise fiscal e têm no imposto uma das principais fontes de arrecadação — representando cerca de 18% da receita obtida com todo o ICMS arrecadado em 2019. O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), qualificou a proposta de irresponsável.

“Se o presidente Jair Bolsonaro convidar os governadores para um diálogo franco, aberto, tecnicamente robusto, os governadores, provavelmente, aceitarão esse diálogo. Mas a imposição aos governadores dos estados brasileiros de que cabe a eles a responsabilidade da redução do ICMS e, conseqüentemente, do combustível é uma atitude populista e, ao meu ver, pouco responsável”, afirmou Doria.

Luiz Claudio Carvalho, secretário da Fazenda do Rio, disse que a proposta é inviável por-que a arrecadação sobre combustíveis é fundamental para prover serviços à população.

“Em valores absolutos, arrecadação de combustíveis representa R\$ 5 bilhões. É o que aplicamos em saúde”, disse.

O governador de Minas, Romeu Zema, também criticou aposição do presidente.

“Sou a favor da redução de impostos. Mas não sou irresponsável. Peguei um estado quebrado, com rombo de R\$ 34,5 bilhões. Nesse momento, Minas não pode abrir mão de arrecadação”, disse Zema em uma rede social.

Em nota, o governador do Maranhão, de Flávio Dino (PC do B), disse que aguarda deliberação do Congresso diante da proposta do governo federal de reforma tributária.

Reinaldo Azambuja (DEM-MS) disse em nota entender que a questão deve ser tratada pelo diálogo e que os governadores defendem acelerar a reforma tributária.

“Estamos atentos ao debate dessa questão, e, sabendo da necessidade de diminuir a carga tributária brasileira, estamos prontos para sentar com o governo federal e encontrar a melhor solução.”

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), classificou a declaração de Bolsonaro como “um blefe”. Ao Paine! disse que Bolsonaro sabe que não tem como executar a medida e que, por isso, “cria uma discussão superficial, sem amparo nos números reais”. “Não podemos produzir factoides para enfrentar factoides, temos que ter responsabilidade com a população”, afirmou à coluna.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), também criticou a forma como Bolsonaro tratou o assunto e disse que, diante de aumento de despesas, “não é lógico, não é sensato” reduzir “abruptamente” o ICMS.

“A forma como esse debate está se travando, pela imprensa, por declarações e redes sociais, não é o formato para quem quer resolver o assunto.”

Questionando a sugestão de Bolsonaro, Leite citou aumento de despesas como a do piso do magistério, reajustado em 12,8%, que gera gasto adicional de R\$ 350 milhões aos cofres gaúchos, a inflação de 4% e o crescimento da economia, que deve ficar em 1% em 2019.

“Nós estamos trabalhando para fazer redução de carga tributária de forma planejada, estruturada, sem comprometer a prestação de serviços à

população. Clamamos por um debate responsável nos fóruns adequados”, disse o tucano.

Santa Catarina disse adotar o menor percentual de ICMS do país, de 25%. O governador Carlos Moisés (PSL) subscreveu minuta dos governadores em que pedem “um debate responsável acerca do tema” e criticam a forma como foi lançado, por redes sociais.

O governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (DEM), foi procurado, mas não respondeu até a publicação deste texto. Ele também assinou a carta dos governadores. No documento, lembram que o ICMS está previsto na Constituição “como principal receita dos estados para manutenção de serviços essenciais à população” e que 25% da arrecadação é repassada aos municípios.

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), classificou como demagógica a proposta de Bolsonaro e disse que o presidente age com provocação, falta de seriedade e quer “fazer cortesia com o chapéu alheio”.

Costa ainda afirmou que o governo federal deveria atuar para descentralizar a arrecadação de tributos e aumentar a fatia de estados e municípios, responsáveis por serviços como saúde e educação.

Nas últimas semanas, Bolsonaro estimulou um clima de guerra entre estados e o governo federal. Ele culpa os governadores pelo fato de os valores dos combustíveis não baixarem nas bombas quando a Petrobras reduz preços.

Os postos alegam que os repasses são demorados porque dependem de realização de estoques das distribuidoras, responsáveis por retirar os produtos nas refinarias e misturar biocombustíveis exigidos em lei — etanol e biodiesel.

Na semana passada, secretários da Fazenda rejeitaram o pedido do presidente para que o ICMS fosse reduzido. Segundo eles, não há condições fiscais para baixar as alíquotas.

No domingo (2), o presidente anunciou nas redes sociais projeto para mudar a cobrança do ICMS sobre os combustíveis. Bolsonaro disse que a proposta deve estabelecer que o ICMS tenha um valor fixo por litro. Nesta quarta, disse que suas afirmações não são uma briga com os estados.

“Pelo menos a população já começou a ver de quem é a responsabilidade. Não estou brigando com governadores. O que eu quero é que o ICMS seja cobrado no combustível lá na refinaria, e não na bomba. Eu baixei três vezes o combustível nos últimos dias, mas na bomba não baixou nada”, disse.

Nesta quarta, a Petrobras anunciou o quarto corte do ano nos combustíveis. A gasolina nas refinarias cairá, em média, 4,3%. O diesel, 4,4%.

Os cortes acompanham a queda das cotações internacionais do petróleo. As vendas de curto prazo do óleo para a China ficaram praticamente paralisadas nesta semana, à medida que o surto de coronavírus reduz a atividade econômica e a demanda por combustíveis, pressionando preços para baixo.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 06/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona e Diego Garcia

Título: Peso de tributos federais na gasolina mais que dobra em cinco anos

Crescimento reflete aumento nos governos Dilma e Temer; parcela dos tributos estaduais avança menos desde 2014

Rio de Janeiro- Nos últimos cinco anos, a fatia dos impostos foi a que mais cresceu entre os diversos componentes que compõem os preços da gasolina e do diesel vendidos no país. Sozinha, a parcela dos tributos federais na gasolina mais do dobrou no período.

Segundo o mais recente Boletim de Acompanhamento do Mercado de Combustíveis publicado pelo MME (Ministério de Minas e Energia), os impostos federais representavam em novembro 15,5% do preço final da gasolina. Em novembro de 2014, essa fatia equivalia a 6%.

O crescimento reflete dois aumentos de impostos promovidos nos governos Dilma Rousseff e Michel Temer para enfrentar crises de arrecadação. Entre 2014 e 2019, o valor dos tributos federais subiu de R\$ 0,26 (já corrigido pela inflação) para R\$ 0,68 por litro, alta de 164,3%.

O governo federal cobra dois impostos sobre os combustíveis: PIS/Cofins e Cide (Contribuição sobre intervenção no domínio econômico). Em 2018,

durante a greve dos caminhoneiros, zerou a alíquota deste último para o diesel, uma das medidas para desmobilizar o movimento que parou o Brasil por duas semanas.

Assim, a altano valor cobrado pelo governo federal sobre as vendas de diesel foi menor, de 82,8%, já descontada a inflação. Em novembro de 2019, os tributos federais representavam 9% do preço final do produto, ante 6% seis anos antes.

Embora seja maior, a parcela de tributos estaduais cresceu menos no período. Na gasolina, a alta do valor médio arrecadado por estados subiu 19,23% acima da inflação, passando de R\$ 1,04 (corrigido pelo IPCA) a R\$ 1,24 por litro. O ICMS representava em novembro 28% do preço final do combustível.

No diesel, a alta do ICMS foi de 9,59%. O imposto perdeu peso no preço final do produto: em novembro de 2019, representava 14,2% do valor pago por litro, ante 15% em 2014.

Os impostos são, de longe, a maior parcela do valor pago p e-lo consumidor por um litro de gasolina. Em novembro, segundo os dados do MME, estados e municípios ficavam com 43,5% do preço final do combustível, e a gasolina propriamente dita eqüivalia a 30,2%.

“Essa discussão aberta por Bolsonaro é importante para mostrar que o problema do preços dos combustíveis no Brasil não é o posto, é o imposto”, diz o consultor Adriano Pires, do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

Na crise financeira, União e estados olharam para combustíveis e energia como uma alternativa para reduzir a perda de arrecadação. Em 2019, o item petróleo e combustíveis representou 17,57% da arrecadação total de ICMS no país, que somou R\$ 496,7 bilhões, e 15% da arrecadação total dos estados (584 bilhões).

“Cada estado vive uma realidade distinta, mas a maioria está em crise fiscal e a situação tende a se agravar sem uma boa reforma tributária” diz o presidente da Afresp (associação que reúne os agentes fiscais de São Paulo, Rodrigo Spada. Em alguns casos, como Maranhão e Tocantins, a dependência dos combustíveis supera 30% da arrecadação.

A proposta de alterar o modelo de cobrança, feita por Bolsonaro no início da semana, tem apoio do setor de combustíveis, para quem o modelo gera

espiral inflacionária, já que o ICMS é cobrado com base no preço de bomba dos combustíveis.

Assim, quando o preço nos postos sobe, o imposto também é elevado, gerando nova pressão para que o preço final seja reajustado. O ICMS é calculado com base em um valor de referência definido pelos estados a cada 15 dias após pesquisas os postos.

No início de fevereiro, após dois cortes nos preços de refinarias, apenas Roraima reduziu o valor de referência. Outros 15 estados, pelo contrário, reajustaram para cima.

“Quando a Petrobras mantinha o preço por muito tempo, não fazia muita diferença. Agora [que os reajustes são mais frequentes], faz”, diz Dédo Oddone, diretor-geral da ANP.

A proposta defendida por Bolsonaro prevê estabelecer valores fixos, em reais por litro, como são cobrados os impostos federais. Assim, os reajustes nas refinarias incidiriam apenas sobre a parcela referente à gasolina ou ao diesel.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 06/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram

Título: Gasolina seria 44% mais barata com tributos zerados

Brasília - A proposta do presidente Jair Bolsonaro de zerar os tributos sobre combustíveis teria potencial de reduzir o preço da gasolina em até 44%, e o diesel, em até 24%.

Questionado sobre a provocação do presidente e eventual perda de arrecadação com a medida, o Ministério da Economia não quis se manifestar.

A maior parte da arrecadação sobre combustíveis vai para os estados. Quase 20% da arrecadação sob responsabilidade dos governadores vem do ICMS sobre combustíveis.

No caso da União, cerca de 2% das receitas administradas pela Receita Federal em 2019 foram fruto das cobranças sobre combustíveis.

Em média, 29% do valor do litro da gasolina corresponde ao ICMS, estadual. Outros 15% são repassados ao governo federal por meio das cobranças de PIS/Pasep, Cofins e Cide.

O diesel tem 15% de ICMS e 9% de tributos federais.

A receita estadual de ICMS sobre esses produtos subiu nos últimos anos, se aproximando de R\$ 90 bilhões em 2018. Os dados de 2019 ainda não estão disponíveis. A arrecadação federal recuou de R\$ 34,7 bilhões para de R\$ 27,9 bilhões de um ano para o outro.

A política para o diesel ainda inflou a conta de renúncias tributárias do governo federal desde 2018, quando foi instituído subsídio após a paralisação dos caminhoneiros. Em 2019, essas desonerações custaram R\$ 10,7 bilhões à União.

Para definir o preço de combustíveis, a Petrobras considera fatores como cotações do petróleo e do câmbio e outros custos. O governo avalia criar uma espécie de colchão de recursos que poderiam ser usados para amortecer variações bruscas nos preços.

Na maior parte dos estados, o cálculo do tributo é baseado em um preço médio ponderado ao consumidor final, atualizado quinzenalmente pelos seguindo a pesquisa de preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) ou pesquisas próprias, a partir de notas fiscais eletrônicas de venda.

De acordo com a Receita, as alterações das alíquotas federais são feitas por decreto. Portanto, a decisão caberia ao presidente e não seria necessário aval do Congresso.

Membros da equipe econômica, entretanto, já se posicionaram em outros momentos contra a redução de tributos em um momento em que o país passa por uma crise fiscal.

Na discussão da reforma tributária, por exemplo, a equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) defende uma reestruturação do sistema que, na média, seja neutra, sem aumentar nem reduzir tributos.

A proposta defendida por Bolsonaro

ICMS seria cobrado em reais por litro nas refinarias. A proposta é defendida por distribuidoras, por reduzir fraudes e suavizar oscilações no mercado internacional

Como é hoje

Impostos federais são cobrados em R\$/litro. O ICMS é calculado sobre um valor de referência definido por estados e revisado quinzenalmente. Por ser percentual, a arrecadação sobe quando a gasolina está cara. Com revisão quinzenal, o repasse da queda de impostos é defasada.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 06/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Vinícius Torres Freire

Título: Bolsonaro faz demagogia com gasolina

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Corte de imposto sobre combustíveis quebraria estados e criaria crise no governo federal

Zerar os impostos sobre combustíveis é uma ideia obviamente lunática. Os motivos do d e s vario são mais obscuros.

Foi apenas mais um tiro da roleta-russa de disparates de Jair Bolsonaro? Ou foi tentativa muito vulgar e manjada, nem por isso ineficaz, de fazer demagogia, de arrumar bodes expiatórios?

Ou seja, o governo lança uma ideia inexecutável, de apelo popular, mas que será criticada por qualquer governante equilibrado ou observador razoável dos assuntos públicos. Assim, o povo desavisado ou fanático recebe mais uma mensagem de que “o sistema não deixa o mito trabalhar”. É propaganda e um trabalho de destruição institucional

Por que o imposto zero é disparate?

Caso o governo federal e os estados deixassem de cobrar impostos sobre combustíveis, perderiam receita equivalente a 1,6% do PIB, uns R\$ 115 bilhões, por aí. É a ordem de grandeza, pois não há dados recentes e detalhados da carga tributária. Os estados perderiam 1,2% do PIB.

O que é 1,2% do PIB? Mais ou menos a metade do que estados gastam em educação ou o gasto nacional em ensino médio. Etc.

O governo federal perderia uns R\$ 28 bilhões por ano (de PIS/Cofins e Cide). É quase um ano inteiro de Bolsa Família. Há outros problemas fiscais, econômicos e legais de acabar com essa receita de impostos, mas já deve ter dado para entender o tamanho do problema.

“Eu zero o [imposto] federal se eles [governadores] zerarem o ICMS. Está/eito o desafio aqui, agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito. Tá ok? ”, disse Bolsonaro em uma das suas saidinhas do Palácio da Alvorada.

Essa conversa vem desde domingo passado (2). Até o meio da tarde desta quarta-feira (5), gente de sites de divulgação bolsonarista e de extrema direita em geral fazia campanha barulhenta na mídia social, em especial na rede do piado.

As tropas de choque digitais tentavam emparedar e enxovalhar governadores enquanto pintavam Bolsonaro como um herói demãos atadas. Era um esforço coordenado. Não é possível dizer que fosse ofensiva controlada pelos porões digitais do Planalto, mas era propaganda conveniente depois de quase um mês de crises provocadas pelo próprio governo.

Quanto ao ICMS dos combustíveis, trata-se mesmo de um problema. O imposto, cobrado como porcentagem do valor de referência de venda, acaba por amplificar as variações de preço. Houve discussão sobre o assunto no governo de Michel Temer, pouco antes do caminhonazo de 2018.

É possível cobrar um valor fixo de imposto (tantos centavos por litro). De quanto seria? Caso aceitassem a ideia (improvável), os governadores demandariam valor alto o bastante para arrecadar tanto quanto nos tempos de preço de combustível nas alturas. Os preços não cairiam, de qualquer modo. Apenas a variação extra provocada pelo imposto seria menor.

Em vez de “zerar” impostos sobre combustíveis, convém reduzi-los? Não.

Primeiro, porque não há dinheiro. Na média, os estados estão ainda mais quebrados do que o governo federal. O ICMS sobre combustíveis é cerca de 15% da receita estadual, na média.

Segundo, caso houvesse dinheiro, haveria mais o que fazer: obras de infraestrutura física e social, de estrada e corredor de ônibus a hospital.

Terceiro, é ainda mais tolo gastar dinheiro escasso em estímulo do uso de combustível fóssil.

Essa é uma discussão racional, porém, uma raridade no governo. Bolsonaro mais uma vez degradou o debate público com uma mistura de ignorância e demagogia agressiva.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 06/02/2020

Seção: Cotidiano

Autor: Pablo Ortellado

Título: Carro de fora pagaria 1 litro de gasolina para entrar em Porto Alegre

Prefeitura prevê pedágio e outras fontes de receita para subsidiar tarifa de ônibus, afirma secretário da área

Entrevista - Rodrigo Mata Tortoriello

A Prefeitura de Porto Alegre enviou na semana passada à Câmara Municipal um pacote legislativo que cria fontes de subsídio para o transporte público. A ideia é conceder tarifa zero para trabalhadores formais e instituir uma tarifa social de cerca de R\$ 2.

Os recursos viriam de uma taxa cobrada das empresas por número de funcionários em substituição ao vale-transporte, da taxação de aplicativos como Uber e 99, da extinção da função dos cobradores e da cobrança de pedágio para carros que venham de fora.

Embora as medidas tenham sido elogiadas por especialistas, a tentativa da prefeitura de Nelson Marchezanjr. (PSDB) de acelerar a aprovação, sem debater ou aprofundar estudos de impacto, é criticada.

A Folha entrevistou o secretário extraordinário de Transportes, Rodrigo Mata Tortoriello, sobre o projeto, que enfrenta resistência de rodoviários e motoristas de app.

A medida com maior impacto seria a substituição do vale-transporte por uma taxa de mobilidade urbana. Como uma taxa cujo valor é menor do que o vale -transporte gerará uma receita maior para reduzir a tarifa [de ônibus] pela metade?

Segundo o Caged [base de dados do Ministério do Trabalho], temos 550 mil pessoas com carteira assinada em Porto Alegre. Hoje, cerca de 25% dos trabalhadores recebem o vale-transporte. Vamos ampliar a base e reduzir o valor. Para as empresas intensivas em mão de obra barata vai ficar muito mais barato. Além disso, quem recebe até dois salários mínimos não vai ter o desconto de 6% do salário [relativo ao vale-trans-porte], é aumento na renda. O trabalhador também ganha o passe livre para o domingo e o feriado. Para o lazer. É a lógica de distribuir o custo. Em uma empresa com dez trabalhadores que ganham R\$ 20 mil cada, o valor a ser pago mensalmente representa muito pouco da massa salarial que a empresa paga.

Quantos cobradores trabalham hoje em Porto Alegre?

Cerca de 3.600.

E qual a estimativa do tempo para essa extinção dos cobradores? Já existe uma rotatividade no sistema em torno de 10% [dos trabalhadores] devido a aposentadorias, mudança de profissão, falecimento. Nossa proposta não é extinguir o cargo, mas não repor. Isso fará com que a categoria diminua naturalmente com os anos.

Por isso a redução do valor da tarifa é tão pequena [R\$0,05]. Se fosse mandar todo mundo embora, daria R\$ 0,95. A redução de apenas 5 centavos é porque a gente não quer que essas pessoas sejam demitidas. Mas o sindicato tem usado da retórica de que estamos eliminando postos de trabalho. Se estabeleceu então uma queda de braço com o sindicato. [Em uma primeira tentativa, na segunda-feira (3), a Câmara Municipal derrubou a proposta de não repor as vagas].

Outra medida controversa é o pedágio urbano. Quantos carros de fora da cidade entram em Porto Alegre por dia?

Cerca de 70 mil.

Quantos são alugados do Uber e outros aplicativos, que costumam ter placas de outra cidade?

O Uber não nos informa quantos carros deles há. Se o motorista aluga em Porto Alegre e roda dentro de Porto Alegre, não vai pagar pedágio. É só para entrar na cidade. Vamos tomar o exemplo de um motorista que vem de uma cidade vizinha, Viamão. A tarifa de ônibus (de lá) é de R\$ 6,95, seriam R\$13,90 para ir e voltar. Nós vamos cobrar do veículo R\$ 4,70, quase um terço do que é cobrado para quem se desloca de ônibus. Estamos cobrando um litro a mais de gasolina para o motorista entrar em Porto Alegre. Ninguém deixa de comprar um carro de uma marca, de um design de que gosta, porque no decorrer de um dia ele gasta um litro a mais de gasolina. Então por que com esse valor, para subsidiar a tarifa de transporte público, deixaria de vir?

O pedágio urbano não pode penalizar o trabalhador mais pobre que vive nas cidades da Grande Porto Alegre?

Medidas restritivas de tráfego trazem impedância para quem usa o automóvel. Em São Paulo, há rodízio. Se ela resolver pagar para entrar, tem um custo elevado, a autuação no Código de Trânsito Brasileiro. A outra opção é cobrar um valor, ou inibir o acesso por meio de uma medida de restrição econômica. Caberá à pessoa avaliar se o impacto é grande. O custo não tende a ser muito significativo, porque quem tem baixa renda já não usa o automóvel, usa o transporte coletivo. Se a arrecadação diminuir porque diminuiu o fluxo de automóveis, temos consequências positivas: reduzimos o fluxo na cidade, melhoramos o trânsito, reduzimos a poluição e diminuimos os tempos de viagem, inclusive para o transporte coletivo. E se o motorista desistir de vir de carro podemos ter um aumento de demanda no transporte público, o que é positivo.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo**Data: 06/02/2020****Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Eletrobras diz que não deveria fiscalizar carvão**

Brasília - A Eletrobrás afirmou que não era sua função fiscalizar se os valores repassados pela companhia a usinas termoeletricas para a compra de carvão eram efetivamente utilizados apenas para este fim.

O comunicado da empresa, enviado ao mercado, foi uma resposta à reportagem publicada ontem pelo Estado que mostrou que a estatal não conseguiu explicar para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em que foram gastos R\$ 205 milhões que originalmente eram para a compra de carvão para as usinas térmicas.

Segundo a empresa, sua atribuição “era exclusivamente de efetuar o reembolso do custo de aquisição de carvão com base nas notas fiscais apresentadas pelas empresas detentoras desse direito e que, portanto, faziam jus ao reembolso com base nos seus contratos de compra de carvão”.

No comunicado, a Eletrobrás não menciona, mas dá a entender que a fiscalização deveria ter sido feita pela própria Aneel e diretamente com os agentes que receberam os recursos. “Não competia, portanto, à Eletrobras efetuar fiscalização dos processos internos de aquisição e uso de carvão nas plantas industriais das beneficiárias, inclusive por falta de competência legal e regulatória para tal. ”

A Aneel limitou-se a declarar que “a fiscalização é matéria ainda em fase de instrução pela área técnica responsável”.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo**Data:** 06/02/2020**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** ICMS sobre combustíveis se torna 'desafio'

O presidente Jair Bolsonaro lançou ontem um “desafio” aos governadores: “Eu zero o (imposto) federal, eles zeram o ICMS” sobre os combustíveis. Trata-se de mais um capítulo do enfrentamento entre Bolsonaro e os governadores que começou no domingo, quando o presidente anunciou, pelo Twitter, a intenção de encaminhar um projeto de lei para mudar o cálculo do ICMS sobre os combustíveis. O objetivo, segundo Bolsonaro, é forçar a queda da alíquota e, conseqüentemente, do preço.

“Pela terceira vez consecutiva baixamos os preços da gasolina e do diesel nas refinarias, mas os preços não diminuem nos postos por quê? ”, questionou Bolsonaro. “Porque os governadores cobram, em média, 30% de ICMS sobre o valor médio cobrado nas bombas dos postos e atualizam apenas de 15 em 15 dias, prejudicando o consumidor”, respondeu.

De fato, essa é a mecânica da incidência de ICMS sobre os combustíveis, o que, na prática, preserva a arrecadação estadual e dificulta a redução dos preços praticados pelos postos mesmo que haja queda dos preços nas refinarias.

Para Bolsonaro, o ideal é fixar uma alíquota por litro, e não mais pela média dos preços nos postos, mas, segundo ele, os governadores resistem a alterar esse modelo porque “não admitem perder receita”.

Bolsonaro tenta atribuir aos governadores a responsabilidade pela manutenção dos preços dos combustíveis, em meio às pressões dos caminhoneiros. Os governadores, por sua vez, divulgaram na segunda-feira uma resposta ao presidente, lembrando que o ICMS é a principal receita dos Estados e que os Estados são autônomos para definir a alíquota.

A seu modo, o presidente Bolsonaro trouxe à luz a importante questão do atual modelo de cobrança de ICMS sobre os combustíveis, que de fato prejudica o consumidor. O problema é que não se discute reforma tributária pelo Twitter, muito menos criando caso com governadores para

se eximir de qualquer responsabilidade sobre o problema e, de quebra, fazer média com os caminhoneiros.

Com grande parte dos Estados em situação pré-falimentar, é improvável que os governadores aceitem reduzir sua principal fonte de recursos. Assim, qualquer proposta para reduzir o ICMS sobre os combustíveis que não leve em conta a penúria estadual será apenas demagógica.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Data: 06/02/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Queda de preços nas refinarias demora a chegar ao consumidor

Petrobrás já reduziu valor da gasolina e diesel quatro vezes este ano; ontem, foi anunciada corte de cerca de 4%.

A Petrobrás já reduziu os preços da gasolina e do óleo diesel em suas refinarias quatro vezes neste ano, acompanhando oscilações externas provocadas por tensões no Oriente Médio e na China, com o coronavírus. A última queda foi anunciada ontem, de cerca de 4%. Nos postos, no entanto, os preços permanecem praticamente inalterados, na contramão do que aconteceu no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Em 2019, a população foi menos atingida pela valorização dos combustíveis do que os clientes da Petrobrás.

Desde que o presidente tomou posse, a gasolina subiu 12% na Refinaria de Paulínia (SP), principal fonte de abastecimento do Estado de São Paulo, segundo cálculo da consultoria FCStone. Para o motorista da capital paulista, na ponta da cadeia, o repasse foi limitado a 9%, de acordo com pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

Mas esse cenário mudou no início deste ano. Desde o dia 14 de janeiro, a gasolina vem despencando na refinaria, enquanto para os consumidores finais nada mudou.

Especialistas apontam pelo menos três motivos para a demora do repasse das quedas aos motoristas. Um deles está em linha com o que afirma o presidente Bolsonaro, que o ICMS do combustível é o principal responsável

encarecimento da gasolina e do diesel. Como solução, o presidente propôs aos Estados acabar com a cobrança do imposto.

“O bom dessa confusão é que ficou claro que a gasolina está cara por causa do imposto. Mas a discussão deve ser focada na metodologia. A melhor proposta seria estabelecer um valor fixo para o ICMS, como é feito com os tributos federais”, avalia o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) Adriano Pires.

Hoje, os Estados consideram médias de preços de varejo para calcular o ICMS. Essa conta é refeita a cada 15 dias. Assim, a queda de preço anunciada pela Petrobrás no dia 14 de janeiro apenas vai surtir efeito no imposto neste início de mês. Esse é um dos motivos para os preços demorarem a cair nos postos, segundo Pires.

Representante dos postos de São Paulo, o presidente do Sincopetro, José Alberto Gouvêa, reclama da falta de diálogo com o governo e demais segmentos do setor de combustíveis. “O que tem que ser feito é chamar os três agentes (refino, distribuição e revendedores varejistas) para uma

conversa. Não costumamos conviver com quatro quedas consecutivas de preços”, afirmou. Ele critica a proposta de Bolsonaro de extinguir o ICMS dos combustíveis. “Para os postos seria bom. Mas é uma loucura. Acabaria com a receita dos Estados”, disse Gouvêa.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Data: 06/02/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Guimarães

Título: BNDES vende ações da Petrobras por R\$ 22 bi

Banco se desfaz de participação de 9,6% em papéis com direito a voto da estatal, reduzindo fatia do Estado na petroleira a 50,2%.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vendeu a fatia de 9,6% das ações com direito a voto (ordinárias) que detinha da Petrobrás por R\$ 22 bilhões. O papel saiu com um desconto de 1,5% em relação ao fechamento do papel da estatal ontem (R\$ 30,48). O movimento é simbólico: reduz drasticamente o investimento do banco de fomento em

empresas e, ao mesmo tempo, marca a redução da participação do governo na estatal. Hoje, o Estado detém 50,2% da petroleira.

Em um pouco mais de seis meses, o governo vendeu, indiretamente, quase 13% das ações ordinárias da Petrobrás, em ofertas públicas de ações na Bolsa. No ano passado, a Caixa vendeu 3,2% e embolsou R\$ 9,6 bilhões. Para que a participação do governo possa cair abaixo de 50% seria necessário mudanças na lei do petróleo. Hoje, a regra determina que o governo precisa deter 50% mais uma ação ON da Petrobrás.

O negócio foi realizado por meio de uma oferta subsequente de ações no Brasil e nos Estados Unidos e teve alta demanda entre os investidores, mesmo em um cenário de volatilidade por conta do coronavírus. Esse

foi uma das maiores vendas da história do BNDES. A Petrobrás representava mais de 40% da carteira de investimentos do banco de fomento, que ainda tem as ações preferenciais da petrolífera, sem direito a voto.

De um lado, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, cumprirá a promessa de reduzir drasticamente a carteira de renda variável do banco de fomento. De outro, ainda ajudará as contas públicas. Com o lucro da venda, o BNDES deve ter um resultado muito robusto em 2020, implicando em mais dividendos à União.

Historicamente responsável pela maior parte dos repasses ao governo, em 2019 o banco de fomento contribuiu com R\$ 9,5 bilhões para o resultado primário. Montezano, inclusive, passou essa semana nos Estados Unidos para participar de reuniões com investidores, em meio à oferta da Petrobrás.

No fim de 2018, o BNDES deu a largada em seu processo de venda de participações, oferecendo sua fatia na Marfrig e iniciando a saída das chamadas “campeãs nacionais”, embolsando R\$ 2 bilhões. Ao longo de 2019, o braço de participações do banco de fomento, o BNDES-Par, também vendeu ações no mercado, como Petrobrás e Vale. No total, elas somaram R\$ 15,9 bilhões. A meta do banco, agora, é migrar para setores como saneamento e iluminação pública, além de infraestrutura.

Ao apresentar o planejamento estratégico do banco, Montezano criticou o crescimento bilionário da carteira nos governos do PT e apresentou dados para mostrar que a rentabilidade do investimento nas participações

acionárias foi ruim, ficando em 50% do CDI (referência para investimentos conservadores, em renda fixa).

O BNDES ainda tem uma grande fatia da Petrobrás, mas nas ações preferenciais, que não dão direito a voto. Elas valem mais de R\$ 30 bilhões. As vendas devem ocorrer sem pressa, ao longo do ano, para não pressionar o valor do papel.

JBS. Depois da oferta da Petrobrás, o BNDES deve voltar a tocar a venda de sua participação no frigorífico JBS, da família Batista. O investimento deu origem a muitos ruídos envolvendo o banco de fomento, mais recentemente com a contratação de auditoria que investigou eventuais ilicitudes.

Os bancos de investimento que coordenarão a operação já estão contratados. A ideia é dividir a operação em duas fases, vendendo metade da participação, que vale cerca de R\$ 8 bilhões, agora. Na fila de vendas estão ainda Copel e Tupy. Ainda há nomes como Suzano, Klabin, Cemig, Embraer e Vale.

VEÍCULO: O Estado de S.Paulo

Data: 06/02/2020

Seção: Metrópole

Autor: Mateus Vargas, Anne Warth, Jussara Soares e Isabela Palhares

Título: Bolsonaro anuncia projeto de garimpo em terra indígena

Texto regulamenta também a produção de óleo e energia nas áreas e será analisado pelo Congresso; presidente critica ambientalistas

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem o projeto de lei para regulamentar a mineração, produção de petróleo, gás e geração de energia elétrica em terras indígenas. Ao reconhecer que o texto sofrerá “pressões” contrárias, ele disse que confinaria na Amazônia, se pudesse, defensores do meio ambiente para que eles “deixem de atrapalhar”. “Vamos sofrer pressões dos ambientalistas (pelo projeto)? Esse pessoal do meio ambiente, né? Se um dia puder, confino na Amazônia, já que eles gostam tanto do meio ambiente. E deixem de atrapalhar o amazônida daqui de dentro de áreas urbanas”, disse ele, em evento no Palácio do Planalto sobre os 400 dias de seu governo. Pelo projeto, o presidente encaminha ao Congresso pedidos de exploração de terra indígena. As comunidades indígenas serão

consultadas, mas não têm poder de vetar a exploração de recursos naturais ou hídricos de seus territórios.

A manifestação dos indígenas e do presidente, que podem ser distintas, serão avaliadas pelo Legislativo. As comunidades só terão poder de vetar a garimpagem em suas terras por não indígenas. O texto regulamenta o pagamento aos indígenas com a participação no resultado da lavra e da geração de energia elétrica, além de indenização pela restrição ao uso da terra. O projeto também cria regras para que eles explorem economicamente suas terras. Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni disse que essa é a “Lei Áurea” dos indígenas, referindo-se ao texto de 1888 que deu fim à escravidão. Segundo ele, terras indígenas já são exploradas, mas ilegalmente, e o texto só regulamenta a exploração prevista na Constituição. O novo projeto deverá ser analisado pelo Congresso.

Pela lei, essas terras são da União e se destinam à posse permanente dos índios que as ocupam. Bolsonaro defendeu de modo mais enfático a regulamentação após ser alvo de críticas no Brasil e no exterior pela alta de incêndios na Amazônia. Ele chegou a receber no Planalto grupos de indígenas favoráveis ao garimpo em suas terras. A governadores, em agosto, Bolsonaro disse que os Estados estavam “inviabilizados” por áreas indígenas. Em várias ocasiões, sem provas, afirmou que há interesse estrangeiro em impedir a exploração nos locais. Críticas. Presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) já criticou, em novembro, a ideia de liberar a mineração nesses territórios.

“Não é porque tem garimpo ilegal que vamos tratar de legalizar o garimpo. Temos de primeiro, combater o que é ilegal e fazer amplo debate sobre o tema. ” Ele ainda não comentou o texto de ontem. Em 2019, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) disse que explorar áreas indígenas estava há décadas fora da pauta da entidade, que representa empresas do setor. Ontem, nota do Observatório do Clima, que reúne organizações da sociedade civil, apontou que a mudança levaria à alta do desmate, de invasões das áreas indígenas e violência contra esses povos. Para especialistas, pode violar ainda tratados internacionais, que definem ser preciso consultar indígenas sobre medida legislativa que os afete.

VEÍCULO: O Globo**Data: 06/02/2020****Seção: Economia****Autor: Daniel Gullino, Marcello Corrêa, Gabriel Shinohara, Isabella Macedo, Bruno Rosa, Gabriel Martins e Silvia Amorim****Título: Bolsonaro volta a desafiar estados sobre ICMS**

Presidente propõe zerar impostos federais dos combustíveis, mas só se o mesmo for feito com o tributo estadual. Custo seria de R\$ 27,4 bi. Governadores reagem ao que veem como nova tentativa de culpá-los pelo preço alto nos postos.

Em mais um capítulo da disputa aberta com os estados sobre os preços dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro desafiou os governadores ontem ao afirmar que reduziria a zero os impostos federais, como PIS, Cofins e Cide, que incidem sobre gasolina e diesel caso os governos estaduais concordem em fazer o mesmo com o ICMS sobre esses produtos. Governadores reagiram outra vez ao que interpretaram como uma bravata para depositar neles a culpa pelo alto custo dos combustíveis nos postos e cobraram que o governo federal dê o primeiro passo.

— Está feito o desafio aqui, agora. Eu zero o federal hoje e eles zeram o ICMS. Se toparem, eu aceito — disse Bolsonaro, pela manhã.

De acordo com o presidente, a população “já começou a ver de quem é a responsabilidade” pelo preço alto nos postos de combustíveis.

— Não estou brigando com governador. O que eu quero é que o ICMS seja cobrado no combustível lá na refinaria, e não na bomba. Eu abaixei três vezes o combustível nos últimos dias, e na bomba não baixou nada — disse Bolsonaro sobre a diferença entre a redução dos preços pela Petrobras e pelos postos em janeiro.

Ontem, a Petrobras reduziu em 4,3% o preço da gasolina e em 4,4% o do diesel em suas refinarias. Foi a segunda redução em menos de uma semana. Neste ano, a gasolina acumula queda de 7,5% nas refinarias e o diesel, de 10,1%. No entanto, a redução nas bombas foi de menos de 1%, segundo dados do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE).

Eliminar os impostos federais sobre combustíveis custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 27,4 bilhões, o montante arrecadado em 2019, segundo a Receita Federal. No caso dos estados, o ICMS sobre combustíveis representa cerca de 20% da arrecadação do tributo estadual, segundo dados do Confaz, que reúne secretários estaduais de Fazenda.

— Os governadores não foram convidados para nenhuma conversa com o presidente neste sentido. Uma prova de que não há interesse no entendimento. Bravata me lembra populismo, e o populismo me lembra algo ruim para o Brasil. Se o presidente está tão entusiasmado, tão motivado, ele que faça o primeiro gesto. Elimine os impostos sobre os combustíveis e, aí sim, os governadores vão avaliar o tema do ICMS — reagiu o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), ontem em Brasília. — Acho que ele tem, neste caso, um comportamento que não é adequado ao presidente da República.

RELAÇÃO DESGASTADA

A nova queda de braço se deu dois dias depois da divulgação de uma carta aberta assinada por 23 governadores pedindo a Bolsonaro que abra mão de receitas de impostos federais sobre os combustíveis. Foi uma reação à acusação feita por ele no fim de semana em redes sociais de que governadores represam a redução nos preços de gasolina e diesel nas refinarias por meio do ICMS.

Foi também um recado ao Planalto de que a relação entre ele e os governadores está se desgastando às vésperas do início da tramitação no Congresso de duas reformas importantes para o governo: a tributária e a administrativa, que Bolsonaro prometeu enviar ao Parlamento nos próximos dias.

Ibaneis Rocha (MDB), do Distrito Federal, disse ao GLOBO que apoia muitas medidas do governo Bolsonaro, mas acha inviável zerar o ICMS dos combustíveis por conta da crise fiscal dos estados. Para ele, Bolsonaro invade prerrogativa dos estados:

— Tenho certeza de que ele não falou com o (ministro da Economia) Paulo Guedes. Pode perguntar para ele o que acha dessa proposta.

Guedes teve duas reuniões com o presidente ontem, mas ainda não se pronunciou sobre o assunto.

Renato Casagrande (PSB), governador do Espírito Santo, disse estar à disposição para discutir uma política de redução do valor final do combustível “de forma equilibrada, responsável, com base técnica’.. Mas ressaltou que quem define a política de preço dos combustíveis é o governo federal, controlador da Petrobras:

— Quem tem que tomar a iniciativa, quem é protagonista nisso é o governo federal, que tem todos os instrumentos para debater e tomar medidas em relação a esse assunto.

Helder Barbalho (MDB), do Pará, afirmou que aceita o desafio proposto pelo presidente se a União autorizar o estado a voltar a cobrar imposto da atividade de mineração. Desde 1996, com a Lei Kandir, o Pará está proibido de taxar o setor. O governador da Bahia, Rui Costa, usou as redes sociais para argumentar que a União fica com 70% dos impostos arrecadados no país, deixando 30% para estados e municípios, que são os que oferecem serviços públicos diretos à população, como saúde e educação. “Nesse cenário aí, quem deve abrir mão de receita? ”, perguntou.

RIO PERDERIA R\$ 5 BI

São Paulo informou ontem que arrecadou no ano passado R\$ 17,4 bilhões com a cobrança de ICMS do comércio de combustível. Isso responde por 12% de toda a arrecadação do imposto no estado. Segundo Barbalho, do Pará, abrir mão do ICMS dos combustíveis seria perder R\$ 3 bilhões por ano. No Rio, o secretário estadual de Fazenda, Luiz Claudio Rodrigues, disse que a perda seria de R\$ 5 bilhões por ano arrecadados com o ICMS sobre gasolina e diesel, o equivalente a 13% do arrecadado hoje com o tributo no estado:

— É fundamental para a sobrevivência dos estados e até dos municípios, já que 25% do valor do ICMS sobre os combustíveis são repassados para eles. O peso do ICMS nas contas dos estados é muito maior que o dos impostos (sobre o combustível) para a União. Se a gente abre mão disso, o estado quebra.

Raul Velloso, especialista em contas públicas, avalia que a raiz da disputa é aqueda na arrecadação desde a crise, que leva entes a tentarem “transferir o ônus ao outro”: — De um lado, a União tem capacidade maior de financiamento e quer os estados dentro de seus limites. De outro, os estados acham que a União deve dar uma colher de chá em um momento

em que passam por uma crise fiscal. Como esse bolo tributário é pequeno para dividir, será difícil aprovar a reforma tributária.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2020

Seção: Colunas

Autor:

Título: Ancelmo Gois

Pagando pecados do passado

É bem verdade que a Petrobras, desde abril do ano passado, já tinha decidido provisionar R\$ 1,3 bilhão para enfrentar eventuais derrotas nas disputas envolvendo a natimorta Sete Brasil, a empresa criada no governo petista e envolvida na Lava-Jato para construir 28 plataformas. Agora, foi a vez do fundo de investimentos do ex-banqueiro Aldo Floris, um dos sócios dessa aventura, vencer a estatal em arbitragem sobre seus investimentos frustrados na Sete Brasil.

Os devedores

Sabe essa lista dos maiores devedores do Estado, que saiu aqui, e que tem entre as empresas a Petrobras na liderança? Entre as “pessoas físicas”, Eike “Sempre Ele” Batista aparece na segunda posição: deve, sozinho, R\$ 46,1 milhões aos cofres públicos. Está atrás somente de Gilda Viana da Silva (pendência de R\$ 51,2 milhões), que é... pessoa pouco conhecida no Estado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2020

Seção:

Autor: Daniel Gullino, Gustavo Maia e Leandro Prazeres

Título: Limites da exploração

Governo fala em ‘consenso’ com índios, que só poderão vetar garimpo; projeto vai ao Congresso

BRASÍLIA - O presidente Jair Bolsonaro apresentou ontem durante cerimônia para celebrar os 400 dias de seu governo um projeto para regulamentar a mineração, a geração de energia elétrica e a exploração de

petróleo e gás natural em terras indígenas. Conforme o GLOBO antecipou em janeiro, os indígenas serão sempre consultados antes da realização de um empreendimento em suas terras, porém terão poder de veto somente sobre a atividade de garimpo.

Uma das promessas de campanha de Bolsonaro, o projeto regulamenta o artigo 231 da Constituição, que reconhece os direitos dos indígenas sobre a área e prevê que “o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei”. Apesar de prevista desde 1988, a regulamentação nunca foi feita. O governo sustenta que o projeto vai dar “liberdade” aos indígenas.

— Nós teremos a partir de agora a autonomia dos povos indígenas e sua liberdade de escolha — afirmou na cerimônia o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

CRÍTICAS A AMBIENTALISTAS

Em seu discurso, Bolsonaro disse esperar críticas de ambientalistas e afirmou que, se pudesse, os confinaria na Amazônia.

— Ah, esse pessoal do meio ambiente, né? Se um dia eu puder, eu confino-os na Amazônia, já que eles gostam tanto de meio ambiente, e deixem de atrapalhar os amazônidas aqui de dentro das áreas urbanas.

O debate sobre o poder de veto dos indígenas permeou toda a discussão da elaboração do projeto. Optou-se por deixar essa possibilidade em relação ao garimpo para minimizar as críticas. O governo afirma, porém, que mesmo nos outros empreendimentos o ideal é buscar consenso, e que dificilmente algo efetivo irá adiante sem acordo.

— Com relação às outras atividades, exploração de potencial hidrelétrico e petróleo e gás, eles vão ter que se ouvidos e obviamente vai negociar-se o consenso. Vai ser muito difícil fazer o empreendimento sem obter o consenso das comunidades — afirmou o chefe da assessoria especial de acompanhamento de políticas, estratégias e desempenho setoriais do Ministério de Minas e Energia, Roberto Klein, após o evento.

Em entrevista coletiva, a subchefe de articulação e monitoramento da Casa Civil, Verônica Sanches, disse que em áreas urbanas os cidadãos não têm poder de veto contra empreendimentos:

— Importante lembrar que nenhum cidadão brasileiro em nenhuma circunstância tem poder de veto. Se você está em uma cidade e a prefeitura decide duplicar a rua que passa na calçada da sua casa, provavelmente você tem a sua propriedade indenizada —destacou. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já afirmou no ano passado que não daria andamento ao projeto que era elaborado pelo governo. Ele sustenta que primeiro seria preciso coibir o garimpo ilegal, antes de debater o tema. Questionado ontem pelo GLOBO sobre o tema, Maia não respondeu.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL

Desde 2004, o Brasil promulgou a convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre os direitos das populações indígenas. A partir deste momento, ela passou a ter força de lei.

A convenção prevê que as comunidades afetadas por projetos de desenvolvimento ou de infraestrutura precisam ser consultadas antes das suas implementações.

Apesar de a convenção não ser enfática ao dizer que os indígenas devem ter poder de veto em relação aos projetos que afetem suas áreas, ela diz em seu artigo 7º que os índios devem ter “o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2020

Seção: Economia

Autor: Marcello Correa

Título: Sem petróleo, Rio teria queda na arrecadação em 2019

Alerta é do conselho que supervisiona desempenho do estado em programa de socorro. Despesa com pessoal preocupa técnicos

Não fossem os recursos do petróleo, o Rio teria fechado 2019 com uma queda na arrecadação de receitas. A conclusão é do Conselho de Supervisão Fiscal, que monitora o cumprimento das medidas de ajuste que o estado se comprometeu a tomar para ingressar no Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

De acordo com relatório divulgado ontem, a arrecadação fluminense recuou para R\$ 73,8 bilhões no ano passado, uma queda de 0,93% em relação aos R\$ 74,5 bilhões de 2018 — descontados os efeitos de royalties e participações especiais nos dois anos.

Só com o leilão do chamado excedente da cessão onerosa, o Rio arrecadou R\$ 1,2 bilhão. Somou-se a isso uma entrada de royalties e participações especiais de R\$ 7,9 bilhões acima do que o previsto quando o estado entrou no programa de socorro federal, em 2017.

Assim, considerando a receita extra, a arrecadação do estado subiu de R\$ 87,8 bilhões para R\$ 88,4 bilhões, alta de 0,68%. O relatório destaca que a variação de preços não depende do controle do estado, o que aumenta o grau de incertezas em relação ao desempenho da arrecadação.

Os dados fazem parte de um balanço realizado pelo Conselho que traz uma série de alertas para o estado, que busca revisar as regras do acordo firmado com a União. O RRF permitiu um alívio no pagamento das parcelas da dívida pública com a União.

Em troca, o Rio estabeleceu medidas para melhorar a situação das contas públicas.

Além da dependência do dinheiro do petróleo, o Conselho chamou atenção para o comportamento das despesas. Os gastos do estado ficaram estáveis em R\$ 84 bilhões no período, mas a folha de pessoal aumentou de R\$ 41 bilhões, em 2017, para R\$ 44 bilhões, em 2019. Isso preocupa porque essa despesa é mais difícil de ser cortada.

O documento divulgado ontem aponta ainda que as medidas pontuais para auxiliar o ajuste fiscal tiveram impacto de R\$ 7,4 bilhões aquém do esperado em relação a quando o acordo foi assinado. O governo estadual busca junto ao Ministério da Economia uma revisão desse plano, que ainda está em análise pela União.

Na avaliação do secretário de Fazenda do Rio, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, o dado reforça que o estado é dependente dos royalties de petróleo. Ele afirma, no entanto, que o governo tem feito esforços para melhorar a arrecadação tributária.

— O que a gente precisa fazer é combater sonegação fiscal e auxiliar o crescimento econômico. Só isso vai fazer com que o estado seja menos dependente — afirma.

Já em relação aos gastos com pessoal, Carvalho observa que os dados do estado são diferentes dos apontados pelo Conselho e que o maior salto nas despesas de 2017 para cá ocorreu na gestão anterior, inclusive por reajustes salariais firmados previamente. Nas contas do governo, a folha subiu de R\$ 44,3 bilhões para R\$ 45,01 bilhões.

— Tem um crescimento vegetativo muito grande. Ter um crescimento tão pequeno quanto este é uma vitória — pontua o secretário.

VEÍCULO: O Globo

Data: 06/02/2020

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti

Título: BNDES vende R\$ 22 bi em ações da Petrobras, na maior oferta em dez anos

Banco avança no plano de esvaziar carteira de mais de R\$ 100 bi. Houve demanda para o dobro do tamanho da operação.

O BNDES vendeu ontem R\$ 22 bilhões em ações ordinárias (com voto) da Petrobras, segundo fontes a par da operação, na maior oferta de papéis no Brasil desde 2010. Os bancos que coordenaram a oferta definiram em R\$ 30 o valor de cada ação, desconto de apenas 1,6% em relação à cotação na Bolsa.

A transação é um passo crucial na estratégia do BNDES de se desfazer de grande parte dos mais de R\$ 100 bilhões que detém em ações consideradas “maduras” nos próximos três anos. Até então, o banco só tinha conseguido vender menos de R\$ 3 bilhões em ações da Marfrig e da Light.

A oferta do BNDES se deu em momento de apetite elevado por papéis na Bolsa brasileira. Nos dois IPOs (sigla em inglês para oferta inicial de ações)

já realizados este ano, a construtora Mitre e a veterana da internet Locaweb conseguiram captar alcançando o topo do intervalo de preço almejado.

Ontem, a demanda dos investidores foi equivalente a duas vezes o tamanho da oferta, segundo fontes. Dois terços dos papéis foram vendidos a estrangeiros. De acordo com gestores, a transação ofereceu ao investidor a chance de se beneficiar da melhoria na gestão em curso na estatal, com diminuição do endividamento e aumento de produção.

Graças à alta procura, o banco conseguiu se desfazer de lote adicional de ações. Isso permitiu que o BNDES oferecesse desconto pequeno em relação à cotação na Bolsa, o que diminui as chances de a operação ser questionada por órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU).

A oferta foi a maior realizada no país desde a megacapitalização da Petrobras, em 2010, quando a própria estatal vendeu R\$ 120 bilhões de suas ações visando investir na exploração do pré-sal.

Com a operação de ontem, o BNDES diminuiu sua participação no capital da Petrobras de 13,6% para 8%. Em poder de voto, o peso do banco caiu para apenas 0,15%. A fatia deve diminuir ainda mais nos próximos meses, já que a diretoria do BNDES teve aval do conselho para vender os papéis preferenciais (PN, sem voto) da Petrobras até meados deste ano via pregão na Bolsa.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/02/2020

Seção: Política

Autor:

Título: Perda bilionária para cofres da União

O ministro da Economia, Paulo Guedes, já se reuniu com o presidente Jair Bolsonaro, depois que o mandatário sugeriu zerar os impostos dos combustíveis. Porém, não quis falar sobre essa possibilidade. O secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues, também preferiu não comentar. Afinal, o desafio lançado pelo chefe do Executivo pode até reduzir o preço final dos produtos, mas vai custar caro para o governo.

De acordo com a Receita Federal, a União arrecadou R\$ 27,4 bilhões com os impostos federais que incidem sobre os combustíveis só em 2019. Desse montante, R\$ 24,6 bilhões partiram do PIS/Cofins, que representa R\$

0,7925 do litro da gasolina e R\$ 0,3515 do litro do diesel. E R\$ 2,8 bilhões vieram da Cide-Combustíveis, que representa R\$ 0,10 do litro da gasolina, segundo a Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis).

Apesar de ainda não terem o total da arrecadação do ICMS dos combustíveis em 2019, os estados também já avisaram que essa é uma receita importante demais para ser renunciada por eles. Segundo o Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), responde por 20% de tudo o que os estados arrecadam com o ICMS — tributo que, por sinal, representa a principal fonte de receita de boa parte das unidades federativas. Em 2018, quando a arrecadação federal de combustíveis foi de cerca de R\$ 32 bilhões, por exemplo, o ICMS rendeu quase R\$ 56 bilhões. Afinal, como lembra a Fecombustíveis, essa é uma alíquota representativa: vai de 25% a 34%, de acordo com o estado.

Por conta disso, especialistas em contas públicas acreditam que o silêncio de Guedes é sintomático: renunciar a toda essa receita pode atrapalhar os planos de ajuste fiscal que tentam acabar com o déficit das contas públicas, sobretudo neste momento em que a arrecadação está só começando a se recuperar. “Não dá para abrir mão de uma receita assim de uma hora para outra. Desorganizaria as contas públicas da União, dos estados e dos municípios, porque geraria um rombo que não tem como preencher”, afirmou o economista e ex-deputado Luiz Carlos Hauly, autor de uma das propostas de reforma tributária que tramitam no Congresso.

Os especialistas acreditam, então, que a redução dos impostos sobre os combustíveis dificilmente viria sozinha. “A Lei de Responsabilidade Fiscal não permite abrir mão de uma receita sem o equivalente corte de despesa ou alternativa de recurso. Então, teria de envolver um corte orçamentário como o Brasil nunca viu”, alertou Hauly. “Ou poderiam criar um imposto e aumentar a alíquota de outro, além de emitir mais dívidas”, acrescentou o professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) Newton Marques. Ele disse que o impacto para os estados e municípios seria muito maior, já que os entes federados não têm a mesma margem de manobra da União.

Os dois lembraram, contudo, que essa proposta de zerar os impostos dos combustíveis não será executada se não tiver o apoio dos estados e dos municípios, como já indicaram os governadores. Afinal, precisaria ser aprovada pelo Congresso. “Politicamente, não dá para fazer isso. Quais

deputados e senadores iam aprovar isso em um ano eleitoral?”, questionou Marques, dizendo que a fala de Bolsonaro pode ser, então, simplesmente eleitoral.

A melhor saída, apontada pelos especialistas, para essa crise dos combustíveis é, então, a reforma tributária. Afinal, as propostas que estão no Congresso — e só aguardam as proposições do governo federal para avançarem — preveem a criação de um imposto único que englobaria tanto o ICMS quanto o PIS/Cofins e a Cide e ainda reduziria a carga tributária dos combustíveis. “Uma das opções estudadas é uma alíquota de 25% para todos os estados, cuja base de cálculo seria o preço das refinarias, que é mais baixo, e não o preço das bombas dos postos”, afirmou Paulo Tavares, presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF). (MB)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/02/2020

Seção: Política

Autor: Rosana Hessel/Ingrid Soares/Marina Barbosa

Título: Governadores criticam desafio de fim do ICMS

O presidente Jair Bolsonaro fez uma provocação aos governadores para que eles acabem com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos combustíveis. O chefe do Executivo disse que, se o fizerem, a União seguirá o exemplo. “Eu zero federal, se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui, agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito”, ressaltou o presidente, ontem, em entrevista a jornalistas.

Desde domingo, o presidente anda irritado porque, apesar de o dólar — um dos componentes do custo dos combustíveis — estar nas alturas, a Petrobras fez três reduções do preço da gasolina, e o consumidor não viu o benefício nas bombas. Em sua conta na rede social, ele defendeu um imposto fixo sobre os combustíveis e apontou que os estados não admitem “perder receita”, mesmo com a queda dos valores cobrados nas refinarias.

Como resposta, Bolsonaro foi chamado de populista por governadores e técnicos, pois nem estados nem a União possuem espaço fiscal para abrirem mão de uma receita bilionária. As contas públicas do governo

federal estão no vermelho desde 2014 e, como a meta fiscal deste ano é de um rombo de até R\$ 124 bilhões, não será fácil para ele renunciar a um volume de quase R\$ 30 bilhões, que equivale a um Bolsa Família. Em coro, os governadores lembraram que mais de 60% da carga tributária são de tributos federais e, portanto, o peso dos impostos estaduais é bem menor do que a carga tributária total, de quase 34% do Produto Interno Bruto (PIB).

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), não teve meias-palavras. “O problema é que os governos, não só o do Bolsonaro, mas dos ex-presidentes da República já zeraram os cofres dos estados. Todos os estados da Federação e o Distrito Federal estão quebrados, e ele tem consciência disso”, rebateu. “Eu preferia tratar esse assunto com quem entende de economia, que é o ministro Paulo Guedes. Não com o presidente Bolsonaro, que não entende.”

De acordo com Ibaneis, o DF não dispõe de recursos suficientes para adotar uma medida assim. “Eu não tenho fábrica de dinheiro. Quem tem a máquina de dinheiro é ele. É matemática, não tem o que ser feito. Não adianta a gente querer fazer política quando a situação é matemática.”

Outro que criticou foi o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB). “Se é para construir soluções, vamos buscar um fórum adequado e não simplesmente ficar lançando desafios”, ressaltou. Ele lembrou que os impactos no orçamento de uma redução do ICMS sobre combustíveis são diferentes entre estados e União, mas que os chefes de Executivos estaduais estão abertos ao debate. “Não vamos resolver o assunto dando declarações em redes sociais ou à imprensa. Vamos debater corretamente e construir condições para uma redução de imposto que atinja realmente o consumidor.”

“Bravata”

Para o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), Bolsonaro está tomando atitudes populistas e sem responsabilidade. “Na base da bravata. A bravata me lembra populismo, populismo me lembra algo ruim para o Brasil”, disse o tucano, após encontro com senadores. Mais tarde, antes de reunião no Ministério da Economia, ele voltou a criticar a proposta de Bolsonaro. “É preciso que o presidente tenha responsabilidade e ocupe de maneira correta o cargo para o qual foi eleito. Não se faz gestão por

WhatsApp nem por grupos digitais, se faz gestão com diálogo, entendimento. Convide os governadores para discutirem e debaterem o assunto”, disparou.

Renato Casagrande (PSB), governador do Espírito Santo, lembrou que a maioria dos estados não tem condições de dispensar a receita e também defendeu um debate mais “equilibrado”, “com responsabilidade com as contas públicas”. “O governo federal tem o protagonismo, porque tem a política de controle de preços, e a Petrobras é uma empresa pública. Ele arrecada mais de 60% dos tributos e deve chamar a área técnica para termos uma proposta consistente para a sociedade brasileira”, afirmou. “Por isso, não podemos fazer um debate superficial e pela rede social, mas sentados à mesa, com técnicos, para vermos as condições fiscais.”

Surreal

A assessoria do governo do Rio de Janeiro informou que o estado é contra a sugestão do presidente, porque “traria perda de arrecadação aos cofres fluminenses”. O tributo representa 13% da arrecadação do ente federativo, que está em recuperação fiscal. “O Estado do Rio defende que em momentos de crise sazonal, como ocorreu recentemente no Oriente Médio, os contribuintes não sejam prejudicados devido a altas momentâneas em postos”, disse, em nota.

O presidente da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp), Rodrigo Spada, também reprovou a proposta do presidente e destacou que os estados tivessem de abrir mão de 15% de sua arrecadação total, isso representaria um deficit “de mais de R\$ 87 bilhões por ano”. “A proposta é populista, pois não é passível de ser executada pelos governadores, não traz nenhum benefício para o Brasil e não considera a realidade econômica do país”, frisou, em nota. “A função de um presidente é convergir esforços para incentivar o crescimento do país, e não o contrário.”

No dia 11, haverá um fórum de governadores em Brasília. Na pauta, a proposta dos entes federativos sobre reforma tributária e o ICMS sobre combustíveis.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 06/02/2020****Seção: Política****Autor: Ingrid Soares/Cláudia Dianni****Título: Projeto para mineração em terras indígenas**

Chegará ao Congresso, nos próximos dias, uma das mais polêmicas propostas de campanha do presidente Jair Bolsonaro. Em solenidade pelos 400 dias do governo ontem, no Palácio do Planalto, ele assinou um projeto de lei que regulamenta os artigos 171 e 231 da Constituição, que dispõem sobre o direito dos povos originários sobre terras tradicionalmente ocupadas e sobre recursos minerais e potenciais de energia hidráulica, respectivamente.

O projeto propõe a regulamentação da mineração e a geração de energia hidrelétrica em terras indígenas, como prometido, e vai além. Permite, ainda, a produção de petróleo e gás e o exercício de outras atividades econômicas, como agricultura, pecuária, extrativismo e turismo.

Caberá ao Congresso a mediação com a sociedade em uma discussão que promete ser acalorada, conforme prevê o presidente. “É um grande passo. Depende do parlamento. Vão sofrer pressões dos ambientalistas”, disse. E emendou: “Esse pessoal do meio ambiente, né... Se um dia eu puder, eu confino-os (sic) na Amazônia, já que eles gostam tanto do meio ambiente, e deixem de atrapalhar os amazônidas daqui de dentro das áreas urbanas”.

O Brasil possui 436 áreas indígenas. Segundo o Censo de 2010, naquele ano, havia 305 povos indígenas, que somavam 896.917 pessoas. O país tem 1,17 milhão de quilômetros quadrados de terras indígenas, equivalentes aos estados de Mato Grosso e Tocantins, juntos, em extensão.

“Nunca é tarde para ser feliz, 30 anos depois”, afirmou Bolsonaro, referindo-se à data da Constituição. “O índio é um ser humano exatamente igual a nós. Tem coração, tem sentimento, tem alma, tem desejo, tem necessidade e é tão brasileiro como nós”, destacou.

Autorização

O projeto prevê pagamento de participação nos empreendimentos às comunidades indígenas, por meio de royalties, e compensações, pelo não uso da terra, em casos em que os problemas ambientais não possam ser mitigados pelo licenciamento do projeto. Os valores, porém, vão depender de cada projeto, e as porcentagens ainda serão definidas.

Para cada empreendimento será necessário um decreto legislativo que autorize a obra, e no caso dos garimpos será preciso, ainda, a autorização da comunidade indígena, se o empreendedor for um não indígena. Segundo o texto, os povos originários poderão explorar as terras de forma produtiva.

“Lei Áurea”

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, que teve as atividades de sua pasta esvaziadas por Bolsonaro, fez um discurso entusiasmado em defesa do governo e chamou o projeto que libera a mineração em terras indígenas de “Lei Áurea”. Ele também se referiu a jornalistas como “extrema imprensa”.

Por sua vez, o ministro da Justiça, Sérgio Moro — que, recentemente, aumentou as desconfianças do Planalto sobre suas pretensões nas eleições de 2022 —, também fez um efusivo discurso em defesa da “liderança de Bolsonaro”, mas concluiu sua fala com uma frase ambígua: “Em 2020, novos desafios. Estaremos juntos. Senhoras e senhores, não perdem por esperar”.

Presidente nega pedido de demissões

O presidente Jair Bolsonaro negou, ontem, que tenha exigido do ministro Onyx Lorenzoni, a demissão de funcionários da Casa Civil. Na terça-feira, foram exonerados dois: o secretário especial de Relações Governamentais, Giacom Trento, e o ex-senador Paulo Bauer (PSDB-SC), assessor especial da Secretaria de Relacionamento Externo da Casa Civil. “Nada. Zero. Ele (Onyx) sabe o que está fazendo”, disse. Questionado sobre mudanças nos ministérios, o chefe do Executivo respondeu: “Se tiver de mudar a Casa Civil ou qualquer ministério, você vai saber na hora certa. Não vou partir de especulação. Nenhum ministro vive ao meu lado

preocupado em ser demitido. Se tiver que ser, eu só não posso demitir o Mourão, o resto ali...”, ressaltou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 06/02/2020

Seção: Política

Autor:

Título: Curtas

É só o começo

O desafio do presidente Jair Bolsonaro aos governadores para baixar o ICMS dos combustíveis foi uma forma de o capitão dividir essa conta com vários atores políticos, potenciais adversários dele em 2022. E, no grupo, há quem esteja disposto a dobrar a aposta, obrigando a União a dividir todas as suas contribuições exclusivas com os estados. A equipe econômica sabe desse perigo e, por isso, não fez coro à declaração do presidente.

Quem teve a reação mais contundente, chamando o presidente para o ringue, foi o paulista João Doria, que já foi seu aliado. Entre os comandantes dos estados, Doria é visto hoje como o nome mais forte contra Bolsonaro. As apostas são de que essa confusão está apenas no início e a reforma tributária promete esquentar esse clima.

Hora de abrir...

Vai chegar ainda antes do carnaval um pedido de informações do Congresso ao Ministério de Minas e Energia para que remeta ao parlamento detalhes dos contratos da Eletrobras. É que o projeto de privatização da companhia contém um artigo que mantém a garantia da União a todos os contratos. Ou seja, o que não for pago, fica no seu, no meu, no nosso.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 06/02/2020**Seção:** Economia**Autor:****Título:** BNDES arrecada R\$ 22 bilhões

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vendeu a fatia de 9,6% das ações com direito a voto (ordinárias) que detinha da Petrobras por R\$ 22 bilhões. O papel saiu com um desconto de 1,5% em relação ao fechamento de terça-feira (R\$ 30,48). O movimento é simbólico: reduz drasticamente o investimento do banco de fomento em empresas e, ao mesmo tempo, marca a redução da participação do governo na estatal. Hoje, a União detém 50,2% da petroleira.

Em pouco mais de seis meses, o governo vendeu, indiretamente, quase 13% das ações ordinárias da Petrobras, em ofertas públicas de ações na Bolsa. No ano passado, a Caixa vendeu 3,2% e embolsou R\$ 9,6 bilhões. Para que a participação do governo possa cair abaixo de 50% seria necessário mudanças na lei do petróleo. Hoje, a regra determina que o governo precisa deter 50% mais uma ação ON da Petrobras.

O negócio foi realizado por meio de uma oferta subsequente de ações no Brasil e nos Estados Unidos e teve alta demanda entre os investidores, mesmo em um cenário de volatilidade por conta do coronavírus. Esse foi uma das maiores vendas da história do BNDES. A Petrobras representava mais de 40% da carteira de investimentos do banco de fomento, que ainda tem as ações preferenciais da petrolífera, sem direito a voto.

De um lado, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, cumprirá a promessa de reduzir drasticamente a carteira de renda variável do banco de fomento. De outro, ainda ajudará as contas públicas. Com o lucro da venda, o BNDES deve ter um resultado muito robusto em 2020, implicando mais transferência de dividendos à União.

Historicamente responsável pela maior parte dos repasses ao governo, em

2019 o banco de fomento contribuiu com R\$ 9,5 bilhões para o resultado primário. Montezano, inclusive, passou essa semana nos Estados Unidos para participar de reuniões com investidores, em meio à oferta da Petrobras.

No fim de 2018, o BNDES deu a largada no processo de venda de participações, oferecendo sua fatia na Marfrig e iniciando a saída das chamadas “campeãs nacionais”, embolsando R\$ 2 bilhões. Ao longo de 2019, o braço de participações do banco de fomento, o BNDESPar, também vendeu ações no mercado, como Petrobras e Vale. No total, elas somaram R\$ 15,9 bilhões. A meta do banco, agora, é migrar para setores como saneamento e iluminação pública, além de infraestrutura.

MME / ASCOM